



**Opinião** José Pedro Aguiar-Branco\*

## Segunda-feira As estranhas pressões



**Em entrevista à TVI**, o novo presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público - João Palma - veio denunciar a existência de pressões públicas e privadas sobre os magistrados que estão a conduzir a investigação sobre o caso Freeport, pondo em causa a serenidade com que estes devem exercer a sua função. Disse, ainda, que as pressões privadas são de extrema gravidade, reafirmando que assumia, nessa matéria, uma posição frontalmente contrária à que o Procurador Geral da República transmitiu, recentemente - após audiência com o Presidente da República - de que nada existia a apontar sobre este assunto.

O Procurador João Palma é conhecido por ser uma pessoa serena, competente, íntegra, responsável e de bom senso. As suas palavras assumem, assim, uma especial relevância e devem merecer uma preocupada atenção por parte de quem tem de zelar pelo normal funcionamento das instituições democráticas, máxime as que são o expoente da separação de poderes. A Assembleia da República e ao

Presidente da República exige-se uma atenta e interventora acção já que estamos perante um caso que, para o bem e para o mal, muito marcará a imagem da investigação criminal em Portugal.

---

*A simples ideia de que é possível a promiscuidade entre o poder político e o poder judicial é corrosivo para o Estado de Direito Democrático*

---

Volto a reafirmar a importância do que "temos pela frente": a investigação criminal é uma parte essencial do nosso sistema de justiça e um espelho reflector da sua credibilidade. A confiança dos cidadãos no Estado de Direito Democrático tem uma ligação muito directa com

a qualidade dessa investigação, com os métodos que esta prossegue e com o comportamento dos agentes responsáveis pela mesma. Essa confiança tem vindo a ser fortemente abalada pelas notícias públicas de factos que põem em causa a segurança e a certeza que os portugueses devem depositar nas instituições responsáveis pela investigação criminal. A percepção pelos cidadãos de que o exercício da acção penal não obedece a critérios de isenção e de autonomia em relação ao poder político arrastará, para o grau zero, os níveis de confiança no sistema de justiça. A simples ideia de que é possível a promiscuidade entre o poder político e o poder judicial é corrosivo para o Estado de Direito Democrático e potencia a propagação de ideologias ditatoriais. Queremos pagar esse preço? Relembro, apenas, que ao Presidente da República compete nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o PGR.

\*Advogado, vice-presidente do PSD